

CARTA A MAGNUS WEDDERKOPF DE MAIO DE 1671³⁸

G. W. Leibniz

Tradução e notas: Húbson Canuto³⁹

Überlieferung:

L Konzept: LBr 983, Bl. 2–3. 1 Bl. 4°. 1 1/2 S. (Unsere Druckvorlage.)

A Abschrift von *L*: LH IV, 4, 2, Bl. 1–2. 1 Bog. 2°. 2 3/4 S. [linha 25]

*E*¹ Index Lectionum, Univ. Berlin, 1840–1841, 4 (nach *A*).

*E*² TRENDLENBURG, Hist. Beitr., Bd 2, 1855, S. 189–191 (nach *A*).

*E*³ II, 1 (1926) N. 60 (nach *L*).

Übersetzungen:

1. LOEMKER, *Philosophical Papers*, 1. Aufl. 1956, S. 226–228 (Teilübers.). – 2. TURNBULL, [linha 30] *Corresp. of Newton*, Bd 2, 1960, S. 65–71. – 3. LOEMKER, *Philosophical Papers*, 2. Aufl. 1969, S. 146–147 (Teilübers.). – 4. PRENANT, *Oeuvres*, Bd 1, 1972, S. 101–103.

A correspondência de Leibniz com o advogado Magnus Wedderkopf provavelmente começou no final de 1670, quando foi oferecido a Leibniz o cargo de Johann Schwenck, o anterior professor de direito romano, em Kiel (cf. I, 1 N. 58). O próprio Wedderkopf foi finalmente nomeado em seu lugar.

Apenas três cartas da correspondência dos dois homens sobreviveram até hoje. Duas delas, provenientes de Wedderkopf, reportam principalmente notícias acadêmicas e, portanto, podem ser encontradas na série I (I, 1 N. 58 e 79), enquanto a terceira carta de Leibniz, que trata do conceito de liberdade e de Deus, faz parte da nossa série de cartas.

Nossa carta responde à carta de Wedderkopf de 6 de abril de 1671 (I, 1 N. 79), em cujo verso estava escrito o conceito aqui impresso. Não há resposta de Wedderkopf. A autorização provavelmente ocorreu não muito depois do recebimento do pedido de Wedderkopf ali expresso em maio de 1671: «De fato qui libri scripti Tibi sint cogniti et quae

³⁸ Este texto foi extraído do volume: *Sämtliche Schriften und Briefe III_B - Cartas 1686-1694*. O original em latim segue-se após nossa tradução.

³⁹ Professor do Instituto Federal de Alagoas (IFAL), mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Federal de Sergipe (PPGF-UFS), e-mail canutohudson@gmail.com.

Tua sit opinio si per negotia licebit latius explicare rem feceris gratissimam⁴⁰» (I, 1 N. 79, pág. 137).

Maio de 1671

O destino é um decreto de Deus ou uma necessidade dos eventos. São destinadas⁴¹ as coisas que necessariamente acontecerão. Dura encruzilhada, Deus decide ou não sobre todas as coisas, ou se decide sobre todas, é o autor absoluto de tudo. Pois se decide sobre todas e as coisas discordam do decreto, não será onipotente. Mas se não decide sobre todas, parece seguir que não é onisciente. Parece, pois, impossível suspender seu julgamento onisciente sobre alguma coisa. Quando frequentemente suspendemos nossos julgamentos é devido à ignorância. Daqui segue-se que Deus nunca pode agir puramente de modo permissivo. Segue-se também que nenhum decreto de Deus é verdadeiramente não absoluto. Pois nós suspendemos nossos próprios julgamentos de acordo com condições e alternâncias, porque não temos pleno conhecimento das circunstâncias das coisas. Mas essas coisas são duras? Eu admito. Então, o que faremos? Eis Pilatos condenado. Por quê? Por falta de fé. Por que falta de fé? Porque faltou vontade de atenção. Por que faltou vontade de atenção? Porque não entendeu a necessidade da coisa, não atendeu à utilidade. Por que não entendeu? Porque faltaram causas para o entendimento. Pois tudo necessariamente deve ser resolvido em alguma razão, e não pode subsistir até que se chegue à primeira, ou então é necessário admitir que algo pode existir sem uma razão suficiente para existir, e, ao admitir isso, perece a demonstração da existência de Deus e de muitos teoremas filosóficos. Qual, então, é a última razão da vontade divina? O intelecto divino. Pois Deus quer o que é melhor, da mesma forma que entende o mais harmonioso, e escolhe isso como se fosse selecionado do número infinito de todas as possibilidades. O que é, então, o intelecto divino? A harmonia das coisas. O que é a harmonia das coisas? Nada. Por exemplo, a razão entre 2 e 4 é a mesma que entre 4 e 8, e não pode ser mudada, nem mesmo pela vontade divina. Isso depende da própria Essência ou Ideia das coisas. Pois as essências das coisas são como números, e contêm a própria possibilidade dos Entes que Deus não cria, mas a existência, já que essas mesmas possibilidades ou Ideias das coisas coincidem com o próprio Deus. E como Deus é a mente

⁴⁰ Sobre o destino, os livros que foram escritos e que te são conhecidos e ainda qual seja a tua opinião se através das ocupações será lícito explicar mais amplamente, tornarás a realidade muito mais agradável.

⁴¹ Aqui Leibniz faz um jogo de palavras que pudemos conservar em português, vertendo *fatalia* por *destinadas*.

mais perfeita, é impossível que ele não esteja afetado pela harmonia mais perfeita, e assim seja necessário pela própria idealidade das coisas. Isso não diminui a liberdade, pois a maior liberdade é ser compelido para o melhor segundo a reta razão; quem deseja outra liberdade é tolo. Daqui segue-se que tudo o que foi, é ou será feito, é necessário, mas como disse, não tirando nada da liberdade, pois não é contrário ao uso da vontade e da razão. Ninguém tem o poder de querer o que quiser, embora às vezes possa fazer o que quiser. Na verdade, ninguém deseja para si a liberdade de querer o que quer, mas sim de querer o melhor. Por que então atribuímos a Deus o que não desejamos para nós mesmos? Daqui é claro que alguma vontade absoluta que não depende da bondade das coisas é monstruosa; pelo contrário, não há nenhuma vontade onisciente permissiva em Deus que não se conforme à idealidade ou à bondade máxima das coisas. Portanto, nada deve ser considerado absolutamente mau, de outra forma, Deus não será sumamente sábio para discernir, ou não será sumamente poderoso para eliminar. Não há dúvida de que esta foi a sentença de Agostinho. Os pecados são maus, não absolutamente, nem no mundo, nem em Deus; de outra forma, Ele não os permitiria, mas ao pecador. Deus odeia os pecados, não porque não pode suportar sua visão, como nós suportamos o que odiamos; caso contrário, Ele os eliminaria, mas porque os pune. Os pecados são bons, isto é, harmoniosos, quando tomados com castigo ou expiação. Pois não há harmonia exceto entre contrários. Mas isso é o suficiente para ti; pois não desejo ser eliminado. Pois nem mesmo as coisas mais corretas são compreendidas por qualquer pessoa.

[P. 186] Fatum est Decretum Dei seu necessitas eventuum. Fatalia quae necessario eventura. Bivium difficile, Deus aut non de omnibus decernit, aut si de omnibus decernit, esse absolute [linha 15] omnium autorem. Nam si de omnibus decernit et res dissentiunt a decreto, non erit omnipotens. Si vero non de omnibus decernit, videtur sequi non esse omniscium. Impossibile enim videtur omniscium iudicium suum de aliqua re suspendere. Quod nos saepe iudicia suspendimus fit ex ignorantia. Hinc sequitur Deum nunquam se posse habere pure permissive. Sequitur etiam nullum decretum Dei esse revera non absolutum. Nos enim suspendimus iudicia nostra [linha 20] conditionibus et alternationibus, quia minime exploratas rerum circumstantias habemus. Sed dura haec? fateor. Quid ergo? Ecce Pilatus damnatur. Cur? quia caret fide. Cur caret, quia caruit voluntate attentionis. Cur hac, quia non intellexit rei necessitatem, attendendi utilitatem. Cur non intellexit, quia causae intellectionis defuere. Omnia enim necesse est resolvi in rationem aliquam, nec subsisti potest, donec perveniatur ad primam, aut admittendum est, posse aliquid [linha 25] existere sine sufficiente ratione existendi, quo admissio, periit demonstratio existentiae Dei multorumque theorematum Philosophicorum. Quae ergo ultima ratio voluntatis divinae? intellectus divinus. Deus enim vult quae optima item harmonicotatā intelligit eaque velut seligit ex numero omnium possibilium infinito. Quae ergo intellectus divini? harmonia rerum. Quae harmoniae rerum? nihil. Per exemplum quod ea ratio est 2 ad 4 quae 4 ad 8, eius reddi ratio [linha 30] nulla potest, ne ex voluntate quidem divina. Pendet hoc ex ipsa Essentia seu Idea rerum. Essentiae enim rerum sunt sicut numeri, continentque ipsam Entium possibilitatem quam Deus non facit, sed existentiam: cum potius illae ipsae possibilitates seu Ideae rerum coincidunt cum ipso Deo. Cum autem Deus sit mens perfectissima, impossibile est ipsum non affici harmonia perfectissima, atque ita ab ipsa rerum idealitate ad optimum necessitari. Quod nihil detrahit [linha 35] libertati. Summa enim libertas est ad optimum a recta ratione cogi, qui aliam libertatem desiderat stultus est. Hinc sequitur, quicquid factum est, fit aut fiet, optimum ac proinde [p. 187] necessarium esse, sed ut dixi necessitate nihil libertati adimente, quia nec voluntati et rationis usui. In nullius potestate est velle quae velit, etsi interdum posse quae velit. Imo nemo optat sibi hanc libertatem volendi quae velit, sed potius volendi optima. Cur ergo quae nec ipsi optamus, Deo affingimus? Hinc patet absolutam aliquam voluntatem non a rerum bonitate dependentem esse monstrosam, contra, nullam esse in omniscio voluntatem permissivam, nisi quatenus [linha 5 118] Deus ipsi se rerum idealitati seu optimitati conformat. Nihil ergo absolute malum esse putandum, alioqui Deus aut non erit summe sapiens ad deprehendendum, aut non summe potens ad eliminandum. Hanc fuisse sententiam

Augustini nullus dubito. Peccata mala sunt, non absolute, non mundo, non Deo, alioqui nec permetteret, sed peccanti. Deus odit peccata, non ut nec conspectum eorum ferre possit, uti nos quae aversamur, alioquin eliminaret, sed quia [linha 10] punit. Peccata bona sunt, id est harmonica, sumta cum poena aut expiatione. Nulla enim nisi ex contrariis harmonia est. Sed haec ad Te: nolim enim eliminari. Nam nec rectissima a quovis intelliguntur.